

Marcelo Tadeu Cometti

Manual de
Direito
Empresarial

VOLUME ÚNICO

Prefácio

Min. Paulo Dias Moura Ribeiro

2019



EDITORIA
*Jus***PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

M294 Manual de Direito Empresarial Volume Único / Marcelo Tadeu Cometti – Salvador:
Editora JusPodivm, 2019.
944 p. (Manuais Volume Único)

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2512-7.

1. Direito Empresarial. 2. Direito Comercial I. Cometti, Marcelo Tadeu. II. Título.

CDD 342.2

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	31
1. Introdução	31
2. Evolução histórica do direito comercial	32
2.1 Síntese da Evolução do Direito Comercial no Brasil	36
3. Autonomia do direito comercial	39
4. O novo direito comercial no Brasil	42
5. Fontes de direito comercial	45
6. Princípios de direito comercial	47
2. A EMPRESA E O EMPRESÁRIO	49
1. A empresa	49
2. O empresário	53
2.1 Conceito e Características	53
2.2. Exceção: atividades não empresariais	54
2.3 Condições para ser empresário: capacidade e impedimentos legais	56
2.4 Espécies de Empresário	59
2.4.1. Empresário Individual	59
2.4.2. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada	62
2.4.3. Sociedade Empresária	65
2.5. Nome Empresarial	68
2.5.1. Natureza jurídica do nome empresarial	68
2.5.2. Modalidades de nome empresarial	69
2.5.3. Formação do nome empresarial	70

2.5.4.	Proteção ao nome empresarial	71
2.5.5.	Hipóteses de alteração e extinção do nome empresarial	72
3.	Microempresa e empresa de pequeno porte (ME e EPP)	73
4.	Questões	76
3.	OBRIGAÇÕES DOS EMPRESÁRIOS E REGIME EMPRESARIAL	89
1.	Aspectos gerais	89
2.	Registro	90
2.1	Considerações iniciais	90
2.2.	Finalidades e organização do Registro Público de Empresas Mercantis	93
2.3.	Atos de registro e processo decisório	98
3.	Escrituração	100
3.1.	Considerações iniciais	100
3.2.	Eficácia Probatória dos Livros	104
3.3.	Consequências da ausência de escrituração	104
4.	Informações contábeis periódicas: balanços e resultados econômicos	105
5.	Sigilo dos livros e documentos	106
6.	Questões	109
4.	AUXILIARES DOS EMPRESÁRIOS	113
1.	Preposto	113
2.	Gerente	115
3.	Contabilista	117
4.	Outros Auxiliares	117
5.	ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL	120
1.	Conceito	120
2.	Elementos e natureza do estabelecimento comercial	123
3.	Fundo de comércio, aviamento e clientela	126

3.1.	Fundo de Comércio	126
3.2.	Aviamento	128
3.3.	Clientela	130
4.	O ponto empresarial	131
4.1.	Ponto Empresarial: noções gerais, proteção e ação renovatória	131
4.2.	Locação em Shopping Centers e tenant mix	135
5.	Título do estabelecimento	137
6.	Trespasse: a alienação do estabelecimento empresarial	138
7.	Questões	144
6.	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	155
1.	Introdução	155
2.	Natureza jurídica	157
3.	Propriedade intelectual	159
4.	Patente	160
4.1.	Requisitos	161
4.1.1.	Novidade	161
4.1.2.	Atividade Inventiva	162
4.1.3.	Aplicação Industrial	162
4.1.4.	Licitude (desimpedimento)	163
4.2.	Pedido de Patente	163
4.2.1.	Depósito do pedido	163
4.2.2.	Exame preliminar	165
4.2.3.	Publicação	165
4.2.4.	Exame Técnico	167
4.2.5.	Decisão: Indeferimento ou Deferimento	168
4.3.	Adição de Invenção	168
4.4.	Prazo de vigência	169
4.5.	Cessão e Licença	170
4.6.	Extinção da patente	173

4.7.	Nulidade da Patente	174
5.	Emprego e propriedade industrial	176
6.	Registro	177
6.1.	Desenho Industrial (<i>design</i>)	177
6.1.1.	Requisitos	178
6.1.2.	Registro de Desenho Industrial	179
6.1.3.	Nulidade de Registro	182
6.1.4.	Prazo de vigência do registro	183
6.1.5.	Extinção do registro	183
7.	Marca	184
7.1.	Requisitos para obtenção do Certificado de Registro de Marca	188
7.2.	Concessão do certificado de registro de marca	189
7.3.	Prazo de duração	190
7.4.	Nulidade do registro	191
7.5.	Cessão e licença do registro de marca	191
7.6.	Extinção do registro de marca	192
8.	Indicações geográficas	193
9.	Marcas de alto renome	194
10.	Propriedade industrial e empresa	196
10.1.	Diferenças entre nome empresarial e marca	196
10.2.	Proteção à clientela	197
11.	Questões	197
7.	TEORIA GERAL DO DIREITO SOCIETÁRIO	213
1.	Pessoas jurídicas: conceito, natureza jurídica e classificação	213
1.1.	Efeitos da personalidade jurídica e o princípio da autonomia patrimonial	216
1.2.	Início e término da personalidade jurídica	218
2.	Desconsideração da personalidade jurídica	219
3.	Considerações iniciais sobre o direito societário	222

3.1.	Origem e evolução histórica da sociedade	222
3.2.	Elementos, ato constitutivo e natureza jurídica da sociedade	223
4.	Classificação doutrinária das sociedades	226
4.1.	Sociedades de Pessoas e Sociedades de Capital	226
4.2.	Sociedades de Responsabilidade Limitada, Ilimitada e Mista	228
4.3.	Sociedades Contratuais e Sociedades Institucionais	231
4.4.	Sociedades Nacionais e Estrangeiras	231
4.5.	Outras classificações	231
5.	As sociedades e sua disciplina jurídica	232
5.1.	Sociedades Não Personificadas	232
5.1.1.	Sociedade em Comum	232
5.1.2.	Sociedade em Conta de Participação	233
5.2.	Sociedades Personificadas	234
5.2.1.	Espécies de sociedades personificadas	234
5.2.2.	Formas ou Tipos Societários	236
6.	Questões	238
6.1	Teoria geral do direito societário	238
6.2.	Sociedades em comum	263
6.3.	Sociedades em conta de participação	264
8.	FORMAS SOCIETÁRIAS	265
1.	Introdução	265
2.	Sociedade simples	266
2.1.	Considerações Iniciais	266
2.2.	Denominação	268
2.3.	Objeto Social	268
2.4.	Capital Social	269
2.5.	O Sócio: qualidade, direitos e obrigações	270
2.5.1.	Sócio Remisso	271

2.6.	Cessão de Quotas	271
2.7.	Credores pessoais dos sócios	272
2.8.	Sócio separado ou falecido: participação social, cônjuge e herdeiros	273
2.9.	Administração	275
2.9.1.	Deveres e Responsabilidade dos Administradores	276
2.9.2.	Restrições ao poder de gestão e Teoria <i>Ultra Vires Societatis</i>	277
2.10.	Resultados Sociais	278
2.11.	Responsabilidade dos Sócios	278
2.12.	Resolução da sociedade em relação a um sócio	279
2.12.1.	Morte de sócio	280
2.12.2.	Retirada de sócio (recesso)	281
2.12.3.	Exclusão de sócio	282
2.13.	Dissolução	282
2.13.1.	Dissolução em sentido estrito	282
2.13.2.	Liquidação	283
2.13.3.	Partilha	285
3.	Sociedade em nome coletivo (N/C)	286
4.	Sociedade em comandita simples (C/S)	287
5.	Cooperativas	289
5.1.	Classificações	290
5.2.	Constituição e estrutura	291
5.3.	Saída de cooperados e dissolução da cooperativa	291
6.	Questões	292
6.1.	Sociedades Simples	292
6.2.	Sociedades em nome coletivo, comandita simples e cooperativas	298
6.3.	Cooperativas	301
6.4.	Microempresas e empresas de pequeno porte	304

9. SOCIEDADE LIMITADA	307
1. Considerações iniciais: histórico e natureza jurídica	307
2. Responsabilidade dos sócios	311
3. Nome empresarial	314
4. Capital social	314
4.1. Aumento do capital social	317
4.2. Redução de capital	317
5. Administração	317
6. Conselho fiscal	319
7. Deliberações sociais	320
7.1. Competência e modo de convocação do conclave	321
7.2. Instalação do conclave	322
7.3. Deliberação das matérias no conclave	322
7.4. Lavratura da ata	324
7.5. Possibilidade de sócios e administradores participarem de reuniões ou assembleias por videoconferência	324
8. Direito de recesso	325
9. Resolução da sociedade em relação a um sócio	326
10. Disposição das quotas	326
10.1. Cessão de quotas	326
10.2. Penhora de quotas	327
11. Dissolução da sociedade	328
12. Relações com terceiros	329
13. Temas atuais sobre sociedade limitada	330
13.1. Possibilidade de emissão de debêntures	330
13.2. Regime jurídico aplicável às sociedades limitadas	332
14. Questões	333
10. SOCIEDADES POR AÇÕES	357
1. Introdução	357
1.1. Histórico	357

1.2.	Sociedade anônima no Brasil: aspectos primordiais	358
2.	Classificação doutrinária	360
3.	Espécies de companhias	362
4.	Constituição	365
4.1.	Constituição por Subscrição Particular	367
4.2.	Constituição por Assembleia Geral	367
4.3.	Constituição por Escritura Pública	368
4.4.	Constituição por Subscrição Pública	369
5.	Capital social	371
5.1.	Formação do capital social	371
5.2.	Modificação do capital social: aumento e redução	373
5.3.	Reserva de capital	377
5.4.	Mora do acionista	378
6.	Valores mobiliários	378
6.1.	Ações	379
6.1.1.	Valor da ação	379
6.1.2.	Espécies de ações	381
6.1.3.	Forma das ações	384
6.1.4.	Circulação das ações: alienação de ações não integralizadas e aquisição de ações pela companhia	386
6.2.	Debêntures	388
6.2.1.	Espécies de debêntures	388
6.2.2.	Emissão das debêntures	389
6.2.3.	Agente Fiduciário dos Debenturistas	391
6.2.4.	Assembleia de Debenturistas	392
6.2.5.	Extinção das Debêntures	393
6.3.	Partes Beneficiárias	393
6.4.	Bônus de Subscrição	395
7.	A figura do acionista	396
7.1.	O acionista minoritário	398
7.2.	O acionista controlador	399

7.3.	Direito de Voto	400
7.3.1.	Abuso do direito de voto	401
8.	Deliberações sociais: a assembleia geral de acionistas	402
8.1.	Espécies de assembleias gerais	402
8.2.	Formalidades para a realização da assembleia geral	403
8.2.1.	Convocação	403
8.2.2.	<i>Quorum</i> de Instalação	404
8.2.3.	<i>Quorum</i> de Deliberação	404
9.	Poder de controle	404
9.1.	Abuso de poder de controle	407
10.	Direito de recesso	409
11.	Acordo de acionistas	410
12.	Administração da companhia	413
12.1.	Conselho de administração	414
12.2.	Diretoria	415
12.3.	Ação de responsabilidade contra os administradores	415
12.4.	Deveres e responsabilidades dos administradores	417
13.	Conselho fiscal	419
14.	Resultados sociais	420
14.1.	Considerações Iniciais	420
14.2.	Demonstrações financeiras	420
14.2.1.	Balço patrimonial	421
14.2.2.	Demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados	422
14.2.3.	Demonstração de fluxo de caixa	422
14.2.4.	Demonstração de resultados	423
14.3.	Lucros sociais	423
14.3.1.	Reservas de lucros	424
14.4.	Dividendos	425
14.5.	Juros sobre Capital Próprio (JCP)	427
15.	Alienação de controle societário e oferta pública de aquisição de ações	428

15.1.	Considerações Iniciais	428
15.2.	OPA obrigatória (art. 254-A) e <i>tag along</i>	429
15.3.	Outros tipos de Oferta Pública de Aquisição de ações ...	430
15.4.	A cláusula de Poison Pill	432
16.	Encerramento da sociedade anônima	433
16.1.	Dissolução <i>stricto sensu</i>	433
16.2.	Liquidação	435
16.3.	Partilha	436
17.	Sociedade de economia mista e sociedade em comandita por ações	437
18.	Instituições financeiras	440
19.	Governança corporativa	443
20.	Questões	445
11.	GRUPOS DE SOCIEDADES E OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS	483
1.	Considerações iniciais	483
2.	Grupos de sociedades	483
3.	Operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão .	488
3.1.	Transformação	488
3.2.	Incorporação	489
3.3.	Fusão	491
3.4.	Cisão	491
3.5.	Procedimentos comuns: o protocolo e a justificação	492
4.	Questões	496
12.	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	503
1.	Histórico e considerações iniciais	503
2.	Mercado financeiro e mercado de valores mobiliários	506
3.	A lei 6.385/76 e a CVM	509
4.	Regulação e autorregulação	512
5.	Valor mobiliário	513

6.	Oferta pública	516
6.1.	Dispensa de registro da oferta	518
7.	Mercado de bolsa e mercados de balcão	518
8.	Mercados primário e secundário	520
9.	Renda fixa e renda variável	522
10.	Tipos de investidores	522
11.	Infrações no mercado de valores mobiliários	523
11.1.	Ilícitos Administrativos	523
11.2.	Ilícitos penais	523
11.2.1.	Manipulação de mercado	523
11.2.2.	<i>Insider Trading</i>	524
12.	A securitização	528
12.1.	Diferenças entre securitização e outros mecanismos de antecipação de recursos	528
13.	Questões	529
13 .	TÍTULOS DE CRÉDITO	531
1.	Considerações iniciais	531
2.	Princípios cambiais	533
2.1.	Princípio da cartularidade	533
2.2	Princípio da literalidade	534
2.3	Princípio da autonomia das obrigações cambiais	534
3.	Características dos títulos de crédito	536
4.	Natureza “pro solvendo” e “pro soluto” dos títulos de crédito ...	537
5.	Classificação dos títulos de crédito	537
5.1.	Classificação quanto ao conteúdo	538
5.2.	Classificação quanto ao modelo	539
5.3.	Classificação quanto à estrutura	539
5.4.	Classificação quanto às hipóteses de emissão	540
5.5.	Classificação quanto à circulação	542
6.	A letra de câmbio	546

6.1.	Conceito	546
6.2.	Origem histórica e evolução	546
6.3.	Regime jurídico	549
6.4.	Características	550
6.5.	Requisitos	551
7.	Principais atos cambiais	555
7.1.	Saque e emissão	555
7.1.1.	Teoria da Criação	556
7.1.2.	Teoria da Emissão	557
7.2.	Aceite	558
7.2.1.	Aceite por intervenção	559
7.2.2.	Efeitos do aceite	561
7.2.3.	Local do aceite e local do pagamento	561
7.2.4.	Prazo para apresentação do aceite	561
7.2.5.	Recusa do aceite	562
7.2.6.	Cláusula “sem aceite” ou “não aceitável”	563
7.2.7.	Cancelamento do aceite	563
7.2.8.	Prazo de respiro	564
7.3.	Endosso	565
7.3.1.	Efeitos do endosso	567
7.3.2.	Modalidades de endosso	567
7.3.3.	Endosso Parcial	568
7.3.4.	Endosso póstumo	569
7.3.5.	Endosso impróprio	570
7.4.	Aval	573
7.4.1.	Características do aval	574
7.4.2.	Forma do aval	575
7.4.3.	Avais simultâneos e avais sucessivos	576
7.4.4.	Aval Parcial	579
7.4.5.	Anuência do cônjuge	579
7.4.6.	Extinção do aval	580

7.4.7.	Diferenças entre aval e fiança	581
8.	Vencimento	581
9.	Pagamento	583
10.	Protesto	584
10.1.	Procedimento do protesto	585
10.2.	Pagamento em cartório	587
10.3.	Do registro do protesto	588
10.4.	Averbações e cancelamento do protesto	588
10.5.	Modalidades de protesto	589
10.5.1.	Protesto por falta ou recusa de aceite	589
10.5.2.	Protesto por falta de data do aceite	589
10.5.3.	Protesto por falta de devolução	590
10.5.4.	Protesto por falta de pagamento	590
10.5.5.	Protesto especial para fins falimentares	591
11.	Ação cambial	593
12.	Títulos de crédito em espécie	596
12.1.	Nota promissória	596
12.1.1.	Regime jurídico	596
12.1.2.	Requisitos essenciais	597
12.1.3.	Requisitos facultativos	598
12.2.	Cheque	599
12.2.1.	Requisitos essenciais	599
12.2.2.	Requisitos facultativos	601
12.2.3.	Modalidades de cheque	602
12.2.4.	Outras modalidades de cheque	604
12.2.5.	Princípio da autonomia	605
12.2.6.	Transmissão do cheque	606
12.2.7.	Aval no cheque	608
12.2.8.	Apresentação do cheque	608
12.2.9.	Sustação do cheque	609
12.2.10.	Pagamento do cheque	610

12.2.11. Protesto do cheque	612
12.2.12. Ações cambiais relativas ao cheque	613
12.2.13. Repressão ao cheque sem fundos	615
12.3. Duplicata	616
12.3.1. Duplicata mercantil	617
12.3.2. Duplicata de prestação de serviços	617
12.3.3. Duplicata de conta de serviços	618
12.3.4. Fatura	619
12.3.5. Princípio da abstração	619
12.3.6. Requisitos da duplicata	619
12.3.7. Remessa da duplicata	621
12.3.8. Modalidades de aceite da duplicata	621
12.3.9. Recusa do aceite	622
12.3.10. Pagamento da duplicata	623
12.3.11. Aval na duplicata	624
12.3.12. Triplicata	624
12.3.13. Protesto por indicações	624
12.3.14. Formas ordinárias de protesto da duplicata	625
12.3.15. Execução da duplicata mercantil	627
12.3.16. A duplicata eletrônica ou escritural – Lei 13.775/2018	629
12.4. Conhecimento de transporte ou frete	631
12.5. Conhecimento de depósito e <i>warrant</i>	631
13. Outros títulos de crédito: os títulos rurais	634
14. Outros títulos de crédito: os títulos imobiliários	635
14.1. Dificuldade em conceituar “crédito imobiliário”	636
15. Outros títulos de crédito: títulos financeiros	637
16. Questões	639
16.1 Títulos de crédito	639
16.2. Cheque	650
16.3. Duplicatas	658

16.4.	Letra de câmbio	662
16.5.	Nota promissória	663
16.6.	Teoria geral	666
14.	CONTRATOS EMPRESARIAIS	713
1.	Introdução	713
2.	Formação dos contratos mercantis	715
3.	Classificação dos contratos mercantis	716
4.	Espécies de contratos mercantis	717
4.1.	Compra e venda mercantil	717
4.1.1.	Obrigações do vendedor	719
4.1.2.	Obrigações do comprador	720
4.1.3.	Cláusulas especiais na compra e venda mercantil	721
4.1.4.	Entrega da coisa objeto da compra e venda e <i>incoterms</i>	722
4.2.	Contrato estimatório	723
4.3.	Contrato de Depósito	723
4.4.	Mandato Mercantil	724
4.5.	Contrato de comissão	725
4.6.	Contrato de representação comercial autônoma	726
4.7.	Contrato de agência	728
4.8.	Contrato de Distribuição	730
4.9.	Concessão comercial	731
4.10.	Contrato de franquia (<i>franchising</i>)	732
4.11.	Alienação fiduciária em garantia	733
4.12.	Arrendamento mercantil	733
4.12.1.	Modalidades de Arrendamento Mercantil	734
4.13.	Contrato de fomento mercantil	736
4.14.	Contrato de Seguro	737
4.15.	Contrato de corretagem	738
5.	Contratos bancários	739

5.1.	Introdução	739
5.2.	Mútuo bancário	740
5.3.	Desconto bancário	741
5.3.1.	Desconto a <i>forfait</i>	742
5.4.	Contrato de abertura de crédito	742
5.5.	Contrato de depósito bancário	742
5.6.	Contrato de conta corrente	743
6.	Contratos <i>built-to-suit</i>	744
7.	Questões	745
15.	RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA	751
1.	Introdução	751
2.	A lei nº 11.101/2005: disposições preliminares	754
2.1.	Exceções ao regime	754
2.2.	Juízo competente	755
3.	Disposições comuns à recuperação e à falência	756
3.1.	Inexigibilidade do devedor e período de suspensão (<i>stay period</i>)	756
3.2.	Verificação, impugnação e habilitação do crédito	760
4.	Administrador judicial	764
5.	Comitê de credores	768
6.	Assembleia geral de credores	770
7.	A recuperação judicial	774
7.1.	Requisitos para a recuperação judicial	774
7.2.	Créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial	775
7.2.1.	Cessão fiduciária de recebíveis (“trava bancária”)	777
7.3.	Processo de recuperação judicial	779
7.3.1.	Do pedido e do processamento da recuperação judicial	779
7.4.	O plano de recuperação judicial	780
7.5.	Deliberação sobre o plano e <i>cram down</i>	781

7.6.	Alguns aspectos após a concessão da recuperação judicial .	783
7.7.	Tratamento aos bens do devedor em recuperação	786
7.8.	Alienação de Unidade Produtiva Isolada (UPI) e estabelecimento	787
7.9.	Grupos empresariais e recuperação judicial	789
7.10.	Encerramento da recuperação judicial	790
7.11.	Convolação da recuperação judicial em falência	790
8.	Recuperação judicial das microempresas e das empresas de pequeno porte	792
9.	A recuperação extrajudicial	793
10.	A falência	794
10.1.	Introdução	794
10.2.	Pressupostos da falência	795
10.2.1.	Qualidade do devedor	795
10.2.2.	Insolvência Jurídica	796
10.2.3.	Sentença da falência	798
10.2.4.	Pluralidade de credores	798
10.3.	Processo falimentar	798
10.3.1.	Etapa pré-falimentar	798
10.3.2.	Etapa falimentar	802
10.4.	Sentença de encerramento da falência	808
10.5.	Principais efeitos da falência	809
10.5.1.	Quanto à pessoa do falido	809
10.5.2.	Quanto aos bens do falido	810
10.5.3.	Quanto aos credores do falido	811
10.5.4.	Quanto aos atos do falido	811
10.5.5.	Quanto aos contratos do falido	814
10.6.	Crimes previstos na Lei de Recuperação e Falência	817
11.	Decisões, recursos possíveis e prazos	819
12.	Questões	820
16.	DIREITO CONCORRENCIAL	917
1.	Introdução	917

2.	Principais conceitos	918
3.	A Lei Brasileira de Defesa da Concorrência	919
3.1.	Aspectos gerais	919
3.2.	O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	920
3.3.	Infrações à ordem econômica	921
3.4.	Processos administrativos	923
3.5.	Acordo de leniência	925
3.6.	Concentrações econômicas: o ato de concentração	926
4.	Questões	926
BIBLIOGRAFIA		929

VÍDEOS

Ⓢ	CONCEITO DE EMPRESA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	52
Ⓢ	ALIENAÇÃO DO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL	140
Ⓢ	CLASSIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL	232
Ⓢ	HIPÓTESES DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADES CONTRATUAIS	280
Ⓢ	CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO	314
Ⓢ	PODERES DOS ADMINISTRADORES DE SOCIEDADES	317
Ⓢ	CONCEITO DE ACIONISTA CONTROLADOR E MODALIDADES DE CONTROLE ..	399
Ⓢ	CONCEITO, EFEITOS E CARACTERÍSTICAS DO ENDOSSO DE TÍTULOS DE CRÉDITO	567
Ⓢ	ACEITE NAS DUPLICATAS	622
Ⓢ	PRESSUPOSTOS SUBJETIVO E OBJETIVO DA FALÊNCIA	795